

O juiz Herval Sampaio, coordenador estadual do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), deu início, na manhã desta segunda-feira, 8, a uma série de palestras para várias empresas e instituições financeiras do Estado,. O intuito é o de disseminar o uso dessas plataformas entre as instituições voltadas à cultura da conciliação. A iniciativa ocorreu na sede do Sindicato dos Corretores de Seguros do RN, localizada no bairro de Lagoa Nova. Para o magistrado, antes da meta técnica, há a proposta de abertura de um canal a partir do Judiciário.

“Queremos iniciar uma comunicação. O Judiciário nunca teve essa comunicação, de forma ampla, com esse setor”, enfatizou o juiz, ao abrir a palestra. “São novos mecanismos que temos interesse em adotar e só colabora com a modernização”, complementou o presidente da entidade, Alderi Alves.

Segundo o juiz Herval Sampaio, o objetivo é que um número cada vez maior de participantes faça a adesão ao uso das ferramentas e, desta forma, aumente a chance de acordos pré processuais e que já estejam judicializados. A proposta é, com a ampliação da cultura do acordo, reduzir a demanda e os custos de uma judicialização.

“Mas, com as políticas de conciliação, não há quem não ganhe”, complementa o magistrado, ao ressaltar que uma ferramenta digital permitiria a resolução online dos conflitos.

Números

A iniciativa tem a meta de ampliar o envio de demandas, do setor de Seguros, no entanto, para prever a judicialização dos conflitos, já que, em 2016, houve um envio de mais de 3700 processos para a conciliação e, em 2017, mais de 4200 também foram remetidos. “Estamos preocupados não só em evitar processos. Mas, nossa meta é resolver os atuais”, explica Herval Sampaio.

Segundo o coordenador estadual do Cejusc, existem atualmente 110 milhões de ações judiciais tramitando junto ao Judiciário e que a política do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e do Cejusc é de evitar essa crescente. “Tudo isso existe, no país, justamente, por falta de comunicação entre Judiciário e seguradoras e entre seguradoras e clientes. Queremos mudar esse quadro”, conclui.

Fonte: TJRN, em 08.05.2017.